

**Fundo de Investimento do Fundo
de Garantia do Tempo de Serviço
– FI-FGTS**

(CNPJ nº 09.234.078/0001-45)

(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Demonstrações financeiras em

31 de dezembro de 2011



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Cotista
Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS (o “Fundo”), que compreendem a demonstração da composição e diversificação das aplicações em 31 de dezembro de 2011 e a demonstração da evolução do patrimônio líquido do exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração do Fundo, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.



Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na Nota 5.1 (c) às demonstrações financeiras, o Fundo tem investimento na Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. (“investida”), avaliada pelo método de equivalência patrimonial, cujo saldo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 289.229 mil e o resultado produzido pela participação do Fundo no prejuízo dessa Companhia no exercício findo nessa data é de R\$ 185.732 mil. Devido à relevância dos assuntos descritos na referida Nota 5.1 (c), que descreve as razões para a abstenção de opinião pelo auditor da investida sobre as suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar uma opinião de auditoria sobre as referidas demonstrações financeiras da investida. Consequentemente, não foi praticável determinar eventuais ajustes nas demonstrações financeiras do Fundo.

Opinião com ressalva

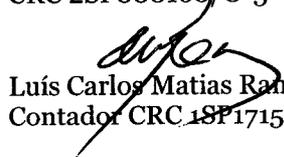
Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS em 31 de dezembro de 2011 e o desempenho das suas operações do exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Ênfase

Conforme descrito nas Notas 3 (c) e 5, o Fundo investe em empresas de capital fechado, e as suas ações não são cotadas em bolsa de valores nem negociadas de forma frequente em mercados organizados. Tais investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, ajustado por provisão para perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Dessa forma, o valor de tais investimentos poderá vir a ser significativamente diferente quando da sua efetiva realização financeira, com a consequente repercussão no valor da cota do Fundo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

São Paulo, 08 de maio de 2012


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 “F” DF


Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1 “S” DF

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS

(CNPJ: 09.234.078/0001-45)

(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

**Demonstração da composição e diversificação das aplicações
em 31 de dezembro de 2011**

(Em milhares de reais)

Aplicações/especificações	Quantidade	Valor atual	% sobre o patrimônio líquido
Disponibilidades		<u>1</u>	-
Banco conta movimento		1	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	<u>1.739.294</u>	<u>4.938.103</u>	<u>23,50</u>
Letras Financeiras do Tesouro	765.760	3.833.105	18,24
Letras do Tesouro Nacional	779.429	687.336	3,27
Notas do Tesouro Nacional	194.105	417.662	1,99
Títulos públicos	<u>1.000</u>	<u>5.021</u>	<u>0,02</u>
Letras Financeiras do Tesouro	1.000	5.021	0,02
Debêntures não conversíveis em ações	<u>2.401.200</u>	<u>9.575.801</u>	<u>45,55</u>
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	700.000	6.275.753	29,86
Madeira Energia S.A. MESA	1.500.000	2.070.474	9,85
MRS Logística S.A.	30.000	316.056	1,50
ALL AM Latina Logística Malha Sul	1	175.144	0,83
Ferrobán Ferrovias Bandeirantes S.A.	1	175.144	0,83
Ferro Norte S.A. Ferrovias Norte Brasil	1	175.144	0,83
Centrais Elétricas de Pernambuco - EPESA	171.000	163.505	0,78
Iracema Transmissora de Energia S.A.	109	120.994	0,58
TESC- Terminal Santa Catarina S.A.	88	103.587	0,49
Cotas de fundos	<u>693.512.700</u>	<u>1.008.783</u>	<u>4,80</u>
Caixa Fundo de Investimento Participações Saneamento	500.000.000	558.040	2,66
Fundo de Investimento Participações Amazônia Energia	193.312.600	187.676	0,89
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CEEE V - GT	200.000	162.145	0,77
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Energia 2008	100	100.922	0,48
Ações sem cotação em bolsa	<u>1.352.349.307</u>	<u>5.355.241</u>	<u>25,48</u>
Odebrecht TransPort Participações S.A.	73.039.738	1.995.965	9,50
Foz do Brasil S.A.	129.846.574	632.817	3,01
Cone S.A.	35.099.302	576.454	2,74
Energimp S.A.	460.437.026	541.032	2,57
Alupar Investimento S.A.	29.243.000	527.740	2,51
Hidrotérmica S.A.	55.667.283	145.819	0,69
Empresa de Eletricidade Vale Parapanema S.A.	88.405.583	289.229	1,38
J. Malucelli Energia S.A.	85.556	226.790	1,08
Nova Cibe Energia S.A.	313.195.150	194.784	0,93
Foz do Rio Claro Energia S.A.	40.991.800	49.990	0,24
MDC Far S.A.	95.810	49.100	0,23
Ijuí Energia S.A.	42.041.590	33.189	0,16
Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A.	30.750.000	30.809	0,15
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	21.904.181	24.276	0,12
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	22.586.549	24.063	0,11
ERB - Energias Renováveis do Brasil S.A.	8.960.165	13.184	0,06
Ações preferenciais resgatáveis	<u>67.796.610</u>	<u>207.280</u>	<u>0,99</u>
Hidrotérmica S.A.	67.796.610	207.280	0,99
Valores a receber		<u>9.971</u>	<u>0,06</u>
Dividendos e bonificações		9.971	0,06
Total do ativo		<u>21.100.201</u>	<u>100,40</u>
Valores a pagar		<u>83.083</u>	<u>0,40</u>
Ações a liquidar		68.350	0,33
Taxa de administração		14.712	0,07
Outros		21	-
Patrimônio líquido		<u>21.017.118</u>	<u>100,00</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>21.100.201</u>	<u>100,40</u>

As notas explicativas da Administradora são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS
(CNPJ: 09.234.078/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Demonstração da evolução do patrimônio líquido
exercício findo em 31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Patrimônio líquido no início do exercício		
Representado por 15.995.904.577,263 cotas a R\$ 1,181760 cada	18.903.325	
Representado por 13.031.278.028,775 cotas a R\$ 1,120028 cada		14.595.392
Cotas emitidas no exercício		
527.999.391,707 cotas	649.367	
2.964.626.548,488 cotas		3.469.000
Patrimônio líquido antes do resultado do exercício	<u>19.552.692</u>	<u>18.064.392</u>
Resultados do exercício		
Receitas	<u>1.573.861</u>	<u>1.209.714</u>
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	414.398	211.580
Rendas de títulos e valores mobiliários	1.159.463	998.134
Resultado da avaliação dos investimentos em ações sem cotação em bolsa	<u>50.043</u>	<u>(229.957)</u>
Resultado de equivalência patrimonial	257.935	(150.718)
Redução ao valor recuperável do investimento	(207.892)	(79.239)
Despesas	<u>(159.478)</u>	<u>(140.824)</u>
Taxa de administração	(159.207)	(140.630)
Custódia	(138)	(112)
Taxa de fiscalização	(43)	(43)
Serviços técnicos especializados	(90)	(39)
Resultado do exercício	<u>1.464.426</u>	<u>838.933</u>
Patrimônio líquido no final do exercício		
Representado por 16.523.903.968,970 cotas a R\$ 1,271922 cada	<u>21.017.118</u>	
Representado por 15.995.904.577,263 cotas a R\$ 1,181760 cada		<u>18.903.325</u>

As notas explicativas da Administradora são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço –
FI - FGTS**

**(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e de 2010
Em milhares de reais**

1 Contexto operacional

O Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS, (“Fundo”), criado por autorização da Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007, iniciou suas atividades em 1º de julho de 2008, constituído nos termos disciplinados pela Instrução CVM nº 462, de 26 de novembro de 2007, e por resoluções do Conselho Curador do FGTS, sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração. O destina-se a receber aplicações de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS quando autorizado pelo Conselho Curador do FGTS, do Fundo de Investimento em Cotas do FI-FGTS e tem por objetivo proporcionar a valorização das cotas por meio da aplicação de seus recursos na construção, reforma, ampliação ou implantação de empreendimentos de infra-estrutura em rodovias, portos, hidrovias, ferrovias, energia e saneamento, por meio das seguintes modalidades de ativos financeiros e/ou participações: instrumentos de participação societária, debêntures, notas promissórias e outros instrumentos de dívida corporativa, cotas de fundo de investimento imobiliário, cotas de fundo de investimento em direitos creditórios, cotas de fundo de investimento em participação, certificados de recebíveis imobiliários, contratos derivativos e títulos públicos federais.

O Fundo pode atuar no mercado de derivativos, com a finalidade de proteção dos demais ativos integrantes da carteira.

Os ativos que compõem a carteira do Fundo, estão expostos aos riscos inerentes aos mercados, setores e empresas a que estiverem investidos, bem como aos fatores econômicos, conjunturais e de mercado que influenciam suas atividades e performance.

São garantidos aos recursos alocados ao Fundo, em cotas de titularidade do FGTS, a remuneração aplicável às contas vinculadas na forma do artigo 7º, inciso IX, da Lei nº 8.036/90.

Os investimentos em fundos não são garantidos pelo Administrador, por qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, pelo Fundo Garantidor de Créditos – (FGC).

A gestão da carteira do Fundo é realizada pela Administradora.

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço –
FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e de 2010
Em milhares de reais**

2 Elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, complementadas pelas normas previstas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), especificamente a Instrução CVM nº 462 de 26 de novembro de 2007, pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), pela Lei nº 11.491 de 20 de junho de 2007 e por demais orientações emanadas do Banco Central do Brasil (BACEN), quando aplicáveis ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

3 Descrição das principais práticas contábeis

Entre as principais práticas contábeis adotadas destacam-se:

a. Apuração do resultado

A Administradora adota o regime de competência para o registro das receitas e despesas.

b. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se à compra de títulos com o compromisso de revenda em data futura com rentabilidade ou parâmetro de remuneração estabelecido na data da contratação, ou seja, são aplicações financeiras, com lastro em títulos públicos federais, sendo realizados sempre com instituições financeiras do mercado.

As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente pago e atualizadas diariamente pelo rendimento auferido com base na taxa de remuneração.

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço –
FI - FGTS**

**(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e de 2010**

Em milhares de reais

c. Títulos e valores mobiliários

Consoante com a Circular Bacen nº 3.086 de 15 de fevereiro de 2002, os títulos e valores mobiliários estão classificados na categoria “Títulos para negociação”.

c.1. Cotas de fundos de investimento

Os investimentos em cotas de fundos de investimento são atualizados diariamente pelo valor da cota divulgada pela Administradora (CEF).

c.2. Títulos públicos federais (LFT)

Os títulos públicos integrantes da carteira do Fundo são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos (curva) até a data do balanço, e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável, em função da classificação. As Letras Financeiras do Tesouro são atualizadas pelas informações divulgadas nos boletins diários publicados pela ANBIMA.

c.3. Debêntures não conversíveis em ações

As debêntures não conversíveis em ações por serem objeto de emissão privada em que o Fundo figura como único debenturista, e que até a presente data não são negociadas no mercado secundário e que, portanto, não possuem referência de preços de negociação, são avaliadas ao longo de sua existência pelo valor de seu principal acrescido da remuneração decorrida pro rata temporis, de acordo com as respectivas escrituras de emissão, conforme previsto no Regulamento do Fundo.

O Fundo é um fundo aberto e tem o objetivo de investir em infra-estrutura e conferir a seus investimentos e investidores um retorno financeiro de acordo com a sua política de investimentos, tais como estruturas customizadas as necessidades dos projetos de infraestrutura e a iliquidez nos mercados em que tais títulos são negociados. Esta particularidade, somada à (i) necessidade de seus ativos refletirem a precificação e as condições descritas nos instrumentos das operações e, (ii) atender prontamente as deliberações de seu Comitê de Investimentos, as Resoluções emanadas do Conselho Curador do FGTS – CCFGTS e o Regulamento do Fundo, as debêntures não conversíveis em ações foram classificadas na categoria “Títulos para negociação”, sendo seu valor de mercado equivalente, aproximadamente, ao valor contábil.

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço –
FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e de 2010
Em milhares de reais**

c.4. Ações sem cotação em bolsa

As ações sem cotação em bolsa de valores ou em mercados de balcão organizado são avaliadas pelo seu valor de equivalência patrimonial, atualizado com base nas demonstrações financeiras da respectiva sociedade investida, acrescido ou deduzido, conforme o caso, do ágio ou deságio registrado à época da aquisição do investimento.

O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição e o valor patrimonial da parcela do capital da companhia adquirida.

c.5. Redução do valor recuperável

Os valores contábeis dos ativos são revisados a cada data de balanço para avaliar se há necessidade de reconhecimento de alguma perda por redução ao valor recuperável do investimento. Caso exista a referida indicação, estima-se o valor a recuperar do ativo e reconhece-se a perda, caso o valor contábil seja superior ao seu valor recuperável. Essa revisão é efetuada, no mínimo, uma vez ao ano e os acréscimos/decrécimos são reconhecidos no resultado do exercício.

c.6. Ações preferenciais resgatáveis

As ações preferenciais resgatáveis (Nota 5.2) são avaliadas ao longo de sua existência pelo valor de seu principal atualizado pela variação acumulada do IPCA, desde a data de subscrição das ações até a data de cada pagamento de dividendos. As ações terão direito a dividendos mínimos cumulativos de 7% ao ano, *pro rata temporis*, sobre o valor do principal.

4 Debêntures não conversíveis em ações

Os investimentos em debêntures estão apresentados em 31 de dezembro de 2011 conforme quadro abaixo:

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço –
FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e de 2010
Em milhares de reais**

Empresa	Data de Emissão	Data Final de Vencimento	Valor emissão	Valor em 31/12/2011
ALL AM Latina (a) Logística Malha Sul	08/09/2008	31/07/2018	166.667	175.144
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (b)	23/12/2008	15/10/2029	7.000.000	6.275.753
EPESA - Centrais Elétricas de Pernambuco S/A (c)	23/01/2009	23/01/2024	171.000	163.505
Ferro Norte S.A. (a) Ferrovias Norte Brasil	08/09/2008	31/07/2018	166.667	175.144
Ferrobán Ferrovias Bandeirantes S.A. (a)	10/09/2008	31/07/2018	166.666	175.144
IRACEMA - Iracema Transmissora de Energia S/A (d)	10/12/2010	10/12/2035	109.000	120.994
MESA – Madeira Energia S.A. (e)	02/04/2009	30/09/2012 (1º e 2º séries) 30/12/2012 (3º e 4º séries) 30/9/2013 (5º e 6º séries)	1.500.000	2.070.474
MRS - Logística S.A. (f)	09/06/2010	01/02/2020	300.000	316.056
TESC - Terminais Santa Catarina S/A (g)	18/12/2009	18/12/2029	88.000	103.587
TOTAL			9.668.000	9.575.801

As debêntures contam com garantias nos termos das correspondentes Escrituras Particulares de Emissão de Debêntures, representadas, principalmente, por fianças prestadas, alienação, cessão e garantias fiduciárias; penhor de direitos; e hipotecas de imóvel.

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço –
FI - FGTS**

**(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e de 2010
Em milhares de reais**

**a) ALL – América Latina Logística S/A,
(FERRONORTE/FERROBAN/MALHA SUL)**

Tem a finalidade de financiar os investimentos previstos, como: aumento da capacidade de transporte em material rodante (vagões e locomotivas), desenvolvimento de novas tecnologias (equipamentos e serviços), vias permanentes, terminais e edificações.

b) BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

A finalidade dos recursos obtidos pelo emissor é para aplicação integral em projetos dos setores de energia, rodovia, hidrovia, porto e saneamento, atendendo ao disposto na Lei 11.491/2007.

c) EPESA – Centrais Elétricas de Pernambuco S/A

Tem como finalidade o desenvolvimento parcial da construção das Usinas termelétricas Termomanaus e Pau Ferro 1.

d) IRACEMA – Iracema Transmissora de Energia S/A

Tem como finalidade a capitalização da emissora para implementação de projetos de construção, operação e manutenção de instalações de transmissão compostas de linhas de 500 KV, com extensão aproximada de 400 km.

e) MESA – Madeira Energia S/A

A finalidade do investimento é a exploração da concessão da hidroelétrica de Santo Antonio e seu sistema de transmissão associado, com vistas à condução de todas as atividades necessárias à construção, operação e manutenção da referida hidrelétrica e seu sistema de transmissão.

f) MRS – MRS Logística S/A

Os recursos serão aplicados na prestação de serviços de transporte ferroviário de cargas, armazenagem e transbordo nas estações, pátios e terrenos existentes nas faixas do domínio das linhas ferroviárias objeto da concessão, expansão das vias existentes, controle e automação das

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço –
FI - FGTS**

**(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e de 2010
Em milhares de reais**

operações e modernização e melhorias dos equipamentos, oficinas, vagões e locomotivas.

g) TESC – Terminais Santa Catarina S/A

Tem como objetivo a aplicação na construção e operação de instalações portuárias de uso público, especializadas em movimentação e armazenagem, no porto de São Francisco do Sul, de produtos florestais renováveis e/ou cargas gerais, acondicionadas em contêineres ou não.

h) CCR – Companhia de Concessões Rodoviárias S/A

Os recursos obtidos com as debêntures foram utilizados em projetos de infra-estrutura rodoviária; prestação de serviços em estradas de rodagem, vias urbanas, pontes, túneis e infra-estrutura metroviária, devidamente comprovados.

As debêntures da CCR foram resgatadas antecipadamente em 27 de dezembro de 2011, gerando um resultado para o Fundo, no exercício, de R\$ 77.144, sendo que deste valor R\$ 7.031 referem-se ao prêmio pago ao Fundo pelo vencimento antecipado das debêntures.

5 Investimento em ações sem cotação em bolsa

5.1 – Composição

Os investimentos em ações sem cotação em bolsa estão apresentados em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 conforme quadro abaixo:

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e de 2010
Em milhares de reais

Empresas	31 de dezembro de 2011				Resultado de avaliação do investimento em ações - 2011			
	Saldo Contábil em 31/12/2010	Custo atualizado	Ágio	Redução ao valor recuperável	Saldo Contábil em 31/12/2011	Constituição/(Reversão) de provisão por redução ao valor recuperável	Equivalência Patrimonial de 2011	Total
Alupar Investimentos S.A.	(a) 475.460	284.733	243.007	-	527.740	9.887	42.393	52.280
Cone S.A.	(b) 511.001	563.684	280.119	(267.349)	576.454	(267.349)	332.802	65.453
Empresa de Eletricidade Vale Parapanama S.A.	(c) 474.961	43.507	245.722	-	289.229	-	(185.732)	(185.732)
Energimp S.A.	(d) 412.562	389.758	151.274	-	541.032	29.676	(10.574)	19.102
ERB – Energias Renováveis do Brasil S.A.	(e) 4.856	12.899	285	-	13.184	-	(5.942)	(5.942)
Foz do Brasil S.A.	(f) 647.572	270.116	382.484	(19.783)	632.817	(19.783)	5.028	(14.755)
Foz do Rio Claro Energia S.A.	(g) 37.645	49.990	-	-	49.990	-	12.345	12.345
Hidrotécnica S.A.	(h) 158.981	54.546	91.273	-	145.819	-	(13.162)	(13.162)
Ijuí Energia S.A.	(i) 34.849	33.189	-	-	33.189	-	(1.660)	(1.660)
J. Malucelli Energia S.A.	(j) 141.081	69.516	157.274	-	226.790	-	(14.291)	(14.291)
Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A.	(k) -	30.809	-	-	30.809	-	59	59
MDCPAR S.A.	(l) -	21.489	27.611	-	49.100	-	(900)	(900)
Nova Cibe Energia S.A.	(m) 189.730	194.784	-	-	194.784	39.677	(34.623)	5.054
Odebrecht TransPort Participações S.A.	(n) 1.866.409	716.485	1.279.480	-	1.995.965	-	129.556	129.556
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	(p) 22.148	24.276	-	-	24.276	-	2.128	2.128
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	(q) 23.555	24.063	-	-	24.063	-	508	508
Embraport - Empresa Brasileira de Terminais Portuários S.A.	(o) 461.018	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL 2011	5.461.828	2.783.844	2.858.529	(287.132)	5.355.241	(207.892)	257.935	50.043
TOTAL 2010						(79.239)	(150.718)	(229.957)

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço –
FI - FGTS**

**(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e de 2010
Em milhares de reais**

Empresas	Quantidade de ações possuídas (quantidade unitárias)		Participação no capital total da sociedade %
	ON	PN	
Alupar Investimentos S.A.	29.243.000	-	17,84%
Cone S.A.	35.099.302	-	39,75%
Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.	29.468.527	58.937.056	37,08%
Energimp S.A.	460.437.026	-	45,00%
ERB – Energias Renováveis do Brasil S.A.	8.960.165	-	49,0%
Foz do Brasil S.A.	129.846.574	-	26,53%
Foz do Rio Claro Energia S.A.	-	40.991.800	49,99%
Hidrotérmica S.A.	55.667.283	67.796.610	21,33%
Ijuí Energia S.A.	-	42.041.590	49,99%
J. Malucelli Energia S.A.	85.556	-	36,49%
Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A.	30.750.000	-	45,00%
MDCPAR S.A.	95.810	-	38,00%
Nova Cibe Energia S.A.	313.195.150	-	49,65%
Odebrecht TransPort Participações S.A.	73.039.738	-	30,00%
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	-	21.904.181	49,99%
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	-	22.586.549	49,99%

a. Alupar Investimento S.A.

Alupar Investimento S.A. é uma sociedade por ações, de capital aberto, e tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nos setores de energia e infraestrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista;

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço –
FI - FGTS**

**(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e de 2010
Em milhares de reais**

a geração, transformação, transporte, a distribuição e o comércio de energia em qualquer forma; elaboração de estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação e manutenção de usinas de geração de energia, de linhas de transmissão e de transporte, subestações, rede de distribuição e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares; e a realização de quaisquer outros serviços ou atividades na área de infraestrutura.

A Alupar participa em 9 empresas geradoras e 19 empresas transmissoras de energia elétrica no Brasil, estando ainda no aguardo das autorizações dos Órgãos Reguladores do Setor Elétrico no Chile, para obter o controle acionário da Transchile Charrúa Transmisión S.A., que atualmente é de propriedade da Guarupart Participações Ltda., atual controladora da Companhia.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 16 de fevereiro de 2012.

b. Cone S.A.

A Cone S.A. é uma entidade domiciliada na cidade de Recife-PE, constituída em 06 de abril de 2010 por meio da contribuição de ativos e projetos detidos pela antiga controladora, Moura Dubeux Engenharia S.A.. Em desenvolvimento desde 2007, tem o objetivo de prover a infraestrutura e competências logísticas integradas para regiões próximas a pólos de investimentos, com foco no nordeste do Brasil, explorando o significativo potencial por meio da implantação e exploração de empreendimentos logísticos e de infra-estrutura industrial na região do complexo portuário e industrial de Suape, em Pernambuco.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 4 de abril de 2012.

c. Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.

A Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. (“Companhia” ou “EEVP”) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço –
FI - FGTS**

(CNPJ: 09.234.278/0001-45)

(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e de 2010**

Em milhares de reais

cidade de São Paulo – SP, controlada pela Denerge – Desenvolvimento Energético S.A. (“Denerge”), que atua exclusivamente como holding, controladora de participações societárias, tendo como objetivo principal a participação acionária em empresas controladas e coligadas, diretas e relativas (indiretas), vinculadas à atividade de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como atividades necessárias ou úteis à consecução do seu objeto social ou com ele relacionado. A Companhia detém investimento na controlada direta, REDE ENERGIA S.A. que tem por objetivo a produção, transmissão, transformação e distribuição de energia elétrica nas áreas de concessão legal e nos termos da legislação em vigor, podendo participar de outras sociedades congêneres e exercer atividades necessárias ou úteis à consecução do seu objeto social ou com ele relacionado.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data. O relatório dos auditores independentes da KPMG Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 dessa Companhia, datado de 28 de março de 2012, menciona que não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar a sua opinião de auditoria e, conseqüentemente, não expressaram opinião sobre as referidas demonstrações financeiras da Companhia, devido à relevância dos assuntos sumariados a seguir:

(i) a Companhia possui participação direta na Rede Energia S.A – REDE, a qual controla indiretamente a Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA, que teve seu pedido de recuperação judicial deferido em 29 de fevereiro de 2012 e incorreu em prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e nessa data apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes, o que suscitam dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade da CELPA; (ii) incertezas significativas quanto a probabilidade de realização dos créditos tributários ativos da CELPA; (iii) não apresentação da documentação-suporte para os registros dos montantes reconhecidos como depósitos judiciais na CELPA; (iv) incertezas significativas quanto à probabilidade de realização do ágio registrado na REDE referente a CELPA; (v) a REDE possui participação direta na Centrais Elétricas Matogressenses S.A. – CEMAT, que tem tido dificuldades significativas de captação e renovação de seus empréstimos e financiamento, o que vem resultando em dificuldades de liquidar suas dívidas e outros compromissos de curto prazo e apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes em 31 de dezembro de 2011, o que suscitam dúvida

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço –
FI - FGTS**

**(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e de 2010
Em milhares de reais**

relevante quanto à capacidade de continuidade da CEMAT; e (vi) a Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS, controlada da REDE, vem apresentando falta de captação e renovação de seus empréstimos e financiamentos, o que vem resultando em dificuldades de liquidar suas dívidas e outros compromissos de curto prazo, o que suscitam dúvida relevante quanto à capacidade operacional da CELTINS. Adicionalmente, a CELTINS possui valores a receber da CELPA, cuja realização desse saldo está vinculada a aprovação do Plano de Recuperação Judicial da CELPA.

d. Energimp S.A.

A Energimp S.A. é uma holding que tem como objetivo a exploração, por meio de participação em consórcios ou em outras sociedades de usinas de geração de energia elétrica, nas formas permitidas em lei e mediante a obtenção das correspondentes concessões e autorizações; a importação de bens e serviços relacionados com os objetivos mencionados; e a participação em outras sociedades como sócia, cotista ou acionista.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 17 de fevereiro de 2012.

e. ERB – Energias Renováveis do Brasil S.A.

A ERB é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como principais objetivos (i) o desenvolvimento, implantação e exploração de empreendimentos de produção de biomassa e/ou industrialização de matéria-prima combustível a partir de biomassa destinado à produção de energia térmica e/ou energia elétrica para o fornecimento a terceiros; (ii) a comercialização de energia gerada em tais empreendimentos; (iii) a realização de estudos, gerenciamento, supervisão, operação e manutenção dos referidos empreendimentos; e (iv) a plantação e desenvolvimento de florestas ou cultivo de outras culturas para fins energéticos.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 27 de janeiro de 2012.

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço –
FI - FGTS**

**(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e de 2010**

Em milhares de reais

f. Foz do Brasil S.A.

A Foz do Brasil S.A. foi constituída em 24 de janeiro de 2008 e, por meio de suas controladas, tem como objetivo investir e operar projetos ambientais e prestar serviços com foco em três segmentos: Água e Esgoto – concessões públicas de água e esgoto; Operações Industriais – terceirização de Centrais de Utilidades; e Resíduos – diagnóstico e remediação de áreas contaminadas, monitoramento de águas superficiais e subterrâneas, e valorização energética dos resíduos sólidos urbanos.

A Foz do Brasil S.A. e suas controladas são parte integrante da Organização Odebrecht, controlada pela Odebrecht Engenharia Ambiental.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 02 de março de 2012.

g. Foz do Rio Claro Energia S.A.

A Foz do Rio Claro Energia S.A. é uma “SPE – Sociedade de Propósito Específico” e foi constituída em 16 de janeiro de 2006 e tem por objeto social explorar o potencial de energia hidrelétrica localizada no Rio Claro, municípios de São Simão e Caçu, denominado Usina Hidrelétrica Eng^o José Luiz de Godoy Pereira (antiga Foz do Rio Claro), bem como das respectivas instalações de interesse restrito à Central Geradora; e a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida.

A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A..

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 16 de fevereiro de 2012.

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço –
FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e de 2010
Em milhares de reais**

h. Hidrotérmica S.A.

Ações ordinárias

A Hidrotérmica S.A. tem por objeto social a participação em sociedades cujo objeto inclua: (i) a implantação e a exploração de empreendimentos de geração de energia elétrica e infra-estrutura correlata, incluindo pequenas centrais hidrelétricas, (ii) a comercialização de energia elétrica gerada em tais empreendimentos, e (iii) a realização de estudos, projetos, comissionamento, testes, operação, manutenção, gerenciamento, supervisão, aquisição de equipamentos e materiais e a contratação de terceiros para tanto.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório, datado de 15 de março de 2012, que continha ressalva quanto à documentação suporte para a contabilização do ativo imobilizado da companhia investida indireta UTE Central Energética Palmeiras S.A. que está em nome da controladora da Hidrotérmica S.A. (Bolognesi Participações S.A.), a qual foi responsável pela administração e gerenciamento da construção. O valor do patrimônio líquido da investida indireta, em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 47.238.

i. Ijuí Energia S.A.

A Ijuí Energia S.A. é uma “SPE” – “Sociedade de Propósito Específico” que foi constituída em 16 de janeiro de 2009 e tem por objeto explorar o potencial de energia hidrelétrica localizada no Rio Ijuí, municípios de Rolador e Salvador das Missões, denominado Usina Hidrelétrica São José, bem como das respectivas instalações de interesse restrito à Central Geradora; e a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida.

A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A..

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 16 de fevereiro de 2012.

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço –
FI - FGTS**

**(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e de 2010
Em milhares de reais**

j. J. Malucelli Energia S.A.

A J. Malucelli Energia S.A. tem por objeto social a exploração do ramo de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, geração hidrelétrica e geração hidrelétrica e térmica, mediante autorização do Poder Público, importação e comercialização de energia, participação em licitações na privatização de empresas distribuidoras de energia elétrica, representação comercial e comércio de produtos, bens e serviços ligados aos empreendimentos que compõem o objeto social, participação em outras sociedades no país e no exterior, como sócio cotista ou acionista em projetos e empreendimentos ligados ao objeto social.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 08 de março de 2012.

k. Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A.

A Logbras Participações e Desenvolvimento Logístico S.A. foi constituída em 18 de maio de 2011 sendo transformada em sociedade por ações, de capital fechado, em 04 de outubro de 2011, e tem por objeto social a participação em “Sociedades de Propósito Específico” (SPE), para o desenvolvimento de Parques Logísticos, onde serão construídos empreendimentos imobiliários relacionados a logística e indústria leve.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 28 de fevereiro de 2012.

l. MDCPAR S.A.

O MDCPAR S.A. foi constituída em 22 de janeiro de 2007 e tem por objeto social a partir de reforma estatutária introduzida em novembro de 2011, o desenvolvimento, implantação e/ou operação, sob qualquer forma, de negócios, projetos e empreendimentos nas áreas de logística, energia, petróleo e gás natural.

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço –
FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e de 2010
Em milhares de reais**

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 10 de fevereiro de 2012.

m. Nova Cibe Energia S.A.

A Nova Cibe Energia S.A. tem como objeto social a participação em outras sociedade, nacionais ou internacionais, personificadas ou não, na qualidade de sócio ou acionista em projetos relacionados à produção de energia.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório datado de 03 de abril de 2012, que continha limitação de escopo quanto à (i) registro de provisão para não recuperação sobre ágio originado de aquisição em controlada no montante de R\$ 5.272 sem mensuração dos possíveis impactos desse teste no resultado do exercício anterior; (ii) não obtenção de todas as respostas de circularização dos saldos bancários, empréstimos, financiamentos e demais operações financeiras para as controladas Borborema Energética S.A., Marcanaú Geradora de Energia S.A. e Lambari Geradora de Energia S.A.; (iii) as controladas Borborema Energética S.A. e Marcanaú Geradora de Energia S.A. não concluíram laudo de revisão das vidas úteis dos seus ativos imobilizados; e (iv) a controlada Arembepe Energia S.A. vem apresentando deficiências nos sistemas contábil e de controles internos do ativo imobilizado; e ênfases quanto à (i) companhia mantém relações e operações em montantes significativos com partes relacionadas; (ii) penalidades no montante de R\$ 15.355 pelo atraso na construção de subestação na controlada Energética Suape II S.A.; e (iii) as controladas Arembepe Energia S.A. e Energética Suape II S.A. vem apresentando contínuos prejuízos operacionais e capital circulante líquido negativo, fatores estes que geram dúvidas quanto à continuidade operacional dessas controladas.

n. Odebrecht TransPort Participações S.A.

A Odebrecht TransPort Participações S.A. foi constituída em 12 de maio de 2008. Em 3 de agosto de 2009 a Companhia foi adquirida pela Odebrecht Participações e Investimentos S.A., anteriormente denominada Odebrecht Investimentos em Infra-Estrutura. Atualmente, a

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço –
FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e de 2010
Em milhares de reais**

Companhia tem por objeto social (i) participação em consórcios ou no capital de sociedades que se proponham a desenvolver projetos, investir ou de fato operar ativos relacionados ao setor de infraestrutura de transporte e logística, incluindo rodovias, ferrovias, hidrovias, dutos, portos, aeroportos, e/ou infraestrutura urbana; (ii) operação de quaisquer desses ativos de infraestrutura, celebrando contratos de concessão de serviço público, projetos de parcerias público privadas ou empreendimentos privados, atuando na cobrança dos serviços prestados, implantação, estudos ambientais ou outros, operação e manutenção do empreendimento, concessão ou parceria, podendo prestar serviços de consultoria, gestão e/ou supervisão no âmbito de tais atividades; e (iii) participação de consórcios ou de sociedades que explorem, direta ou indiretamente, quaisquer das atividades descritas nos itens (i) e (ii) acima.

A Companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada pela Odebrecht TransPort S.A..

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 06 de março de 2012.

o. Emraport – Empresa Brasileira de Terminais Portuários S.A.

A Emraport tem como objeto social o desenvolvimento do projeto, a construção e a exploração de terminais portuários e ou retro-portuário no município de Santos e na área de influência.

Em 22 de agosto de 2011, por meio da Assembleia Geral Extraordinária da Odebrecht TransPort Participações S.A. foi aprovada a integralização das 22.972.952 ações mediante a conferência ao seu capital social de 24.678.045 ações da Emraport – Empresa Brasileira de Terminais Portuários S.A. pelo valor de R\$ 596.500. Desta forma, o Fundo integralizou a totalidade de sua participação acionária na Odebrecht TransPort Participações S.A..

No momento da transação, as 24.678.045 ações da Emraport montavam a R\$ 461.018. Essa operação gerou uma receita de R\$ 135.482 no Fundo no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, e está registrada na rubrica “Rendas de títulos e valores mobiliários”.

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço –
FI - FGTS**

**(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e de 2010
Em milhares de reais**

p. Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.

A Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A., é uma “Sociedade de Propósito Específico - SPE”, e tem como objetivo construir, implantar, operar e manter as instalações da Pequena Central Hidrelétrica Lavrinhas – PCH, explorando o potencial de energia hidrelétrica do Rio Paraíba do Sul e a atividade de comercialização dessa energia, na qualidade de produtora independente. A Usina encontra-se instalada no município de Lavrinhas - SP, no limite entre os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 16 de fevereiro de 2012.

q. Usina Paulista Queluz de Energia S.A.

A Usina Paulista Queluz de Energia S.A. é uma “Sociedade de Propósito Específico - SPE”, e tem como objetivo construir, implantar, operar e manter as instalações da Pequena Central Hidrelétrica Queluz – PCH, explorando o potencial de energia hidrelétrica do Rio Paraíba do Sul e a atividade de comercialização dessa energia, na qualidade de produtora independente. A Usina encontra-se instalada no município de Queluz - SP, no limite entre os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

O ajuste de equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi calculado com base nas demonstrações financeiras dessa data auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 16 de fevereiro de 2012.

5.2 - Ações preferenciais resgatáveis Hidrotérmica S.A.

O Fundo adquiriu em 20 de abril de 2011, 67.796.610 ações ordinárias preferenciais, resgatáveis e conversíveis em ações ordinárias, de classe “A”, nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, com dividendos mínimos cumulativos de 7% ao ano, pro rata temporis, sobre o valor correspondente a R\$ 200.000, atualizados pela variação acumulada do IPCA, desde a data da subscrição das ações em questão até a data de cada pagamento de dividendos. O resgate das ações será realizado em 11 parcelas anuais e consecutivas, sendo o primeiro resgate em 20 de abril de 2015.

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço –
FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e de 2010
Em milhares de reais**

O saldo das ações preferenciais atualizado pelo IPCA em 31 de dezembro de 2011 monta a R\$ 207.280 e os dividendos mínimos cumulativos totalizam R\$ 9.971. A receita total com esse investimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 monta a R\$ 17.251.

Os investimentos em ações preferenciais resgatáveis estão apresentados em 31 de dezembro de 2011 conforme quadro abaixo:

Empresa	Data de Emissão	Data Início do Resgate	Data Final de Vencimento	Valor emissão	Valor em 31/12/2011
Hidrotérmica S.A.	20/04/2011	20/04/2015	20/04/2025	200.000	207.280
TOTAL				200.000	207.280

5.3 – Resultado de equivalência patrimonial e redução ao valor recuperável

As demonstrações financeiras das respectivas empresas investidas foram disponibilizadas nos meses de fevereiro a abril de 2012. Com base nessas demonstrações financeiras foi aplicado o método de equivalência patrimonial, cujo resultado positivo de equivalência patrimonial contabilizado no exercício de 2011 monta a R\$ 257.935 (Em 2010 - resultado negativo de R\$ 150.718), e está registrado na rubrica “Resultado de equivalência patrimonial”.

Em 31 de dezembro de 2011 os valores recuperáveis dos investimentos, incluindo os ágios, foram analisados com base em Avaliações Econômicas Financeiras elaboradas por empresas especializadas independentes, considerando o percentual de participação detido pelo Fundo, como o objetivo de verificar a existência de indícios de perda do valor recuperável dos investimentos. Considerando o resultado das referidas avaliações, foi verificado em 31 de dezembro de 2011 indícios de perda do valor recuperável dos investimentos no montante de R\$ 207.892 (Em 2010 - R\$ 79.239), sendo que o registro contábil dessa perda estimada foi registrado contabilmente na rubrica de “Redução ao valor recuperável do

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço –
FI - FGTS**

**(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e de 2010
Em milhares de reais**

investimento”.

6 Comitê de investimento

O comitê de investimento do Fundo é composto por 12 membros e respectivos suplentes, sendo:

- a) 6 membros representantes da sociedade civil com assento no Conselho Curador do FGTS, sendo 3 da bancada de trabalhadores e 3 da bancada patronal; e
- b) 6 membros representantes dos órgãos e entidades do Governo Federal com assento no Conselho Curador do FGTS, sendo 1 membro do Ministério do Trabalho e Emprego, 1 membro do Ministério da Fazenda, 1 membro do Ministério das Cidades, 1 membro do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 1 membro do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e 1 membro da Caixa Econômica Federal.

Os membros do Comitê de Investimento são técnicos aprovados e designados pelo Conselho Curador, a partir de indicação dos órgãos e entidade do Governo e das bancadas da Sociedade Civil que o integram. Os membros do Comitê de Investimento do Fundo têm mandato de 2 anos, admitida a recondução. A presidência do Comitê de Investimento é rotativa, sendo o presidente eleito dentre os seus membros, com prazo do mandato de um ano.

De acordo com a Instrução CVM nº 462, de 26 de novembro de 2007, compete ao Comitê de Investimento, previsto na Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007, submeter ao Conselho Curador do FGTS proposta de política de investimento do FI-FGTS e aprovar os investimentos e desinvestimentos do FI-FGTS.

7 Integralização e resgate de cotas

A subscrição inicial de recursos do Fundo correspondeu a R\$ 5.000.000 e foi integralizado da seguinte forma:

- a) o valor de R\$ 50.000 foi integralizado em até 30 dias após o registro do Fundo na CVM;
- b) o restante foi integralizado após aprovação dos projetos pelo Comitê de Investimento nos respectivos valores.

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço –
FI - FGTS**

**(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e de 2010**
Em milhares de reais

As integralizações são efetuadas pelo valor da cota apurada no fechamento do dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor em favor do Fundo, observado o horário fixado pela Administradora. O valor da cota corresponde à divisão do patrimônio líquido do Fundo pelo número de cotas emitidas.

Após a aplicação integral do valor inicial, a Administradora poderá propor ao Conselho Curador do FGTS subscrições adicionais de parcelas de R\$ 5.000.000 cada, até ser atingido o valor limite de R\$ 24.320.286, equivalentes a 80% do Patrimônio Líquido do FGTS registrado em 31 de dezembro de 2008.

As integralizações de recursos ocorridas desde o início das atividades do Fundo estão demonstradas abaixo:

	Quantidade de cotas emitidas	Montante integralizado
Aporte inicial em 01/07/2008	50.000.000,000	50.000
Demais aportes em 2008	8.852.166.037,393	9.249.032
Demais aportes em 2009	4.129.111.991,382	4.508.537
Demais aportes em 2010	2.964.626.548,488	3.469.000
Demais aportes em 2011	527.999.391,707	649.367
Total aportado até 31/12/2011	16.523.903.968,970	17.925.936

Somente haverá resgate de cotas do Fundo quando deliberado pelo Conselho Curador do FGTS.

Em 14 de dezembro de 2010, com base na Resolução nº 651 do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, foi alterado o Regulamento do Fundo, no artigo relacionado ao valor subscrito, que passou a ter a seguinte redação:

“Artigo 17 – Após a aplicação integral do valor inicial, a ADMINISTRADORA poderá propor, ao Agente Operador do FGTS, integralizações adicionais de

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço –
FI - FGTS**

**(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e de 2010**
Em milhares de reais

parcelas de até R\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais) cada, até ser atingido o valor limite de R\$ 26.395.434.667,78 (vinte e seis bilhões, trezentos e noventa e cinco milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil, seiscentos e sessenta e sete reais e setenta e oito centavos), equivalentes a 80% (oitenta por cento) do patrimônio líquido do FGTS, registrado em 31 de dezembro de 2009, acrescido de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) destinados a integralização de cotas do Fundo de Investimento em Cotas do FI-FGTS pelos cotistas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.”

“Parágrafo Único - As propostas para integralizações adicionais serão apresentadas pela ADMINISTRADORA ao Agente Operador do FGTS, que as submeterá a aprovação do Conselho Curador do FGTS.”

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 não foi elaborada resolução pelo Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço que alterasse o limite para o aumento do Patrimônio Líquido do Fundo.

8 Gerenciamento de riscos

a. Tipos de riscos

Risco de Mercado

Risco de Mercado: está relacionado à maior ou menor desvalorização das cotas do Fundo, devido as alterações nas condições macro/micro econômicas e/ou políticas, nacionais e internacionais, que podem impactar o mercado, tais como: oscilações nas taxas de juros prefixadas ou pós-fixadas, índices de preços, taxa de câmbio, preços das ações e/ou índices do mercado acionário. Pelo fato do Fundo e/ou dos fundos de investimento nos quais o Fundo aplica manterem seus ativos avaliados diariamente a preços de mercado, nos casos em que houver queda no valor dos ativos, o patrimônio líquido do Fundo pode ser afetado negativamente. As perdas podem ser temporárias, não existindo, contudo, garantias de que possam ser revertidas ao longo prazo. As oscilações do mercado podem afetar com maior intensidade o preço dos ativos de longo prazo.

Risco relacionado às Companhias Alvos e às Sociedades investidas

Uma parcela significativa dos investimentos do Fundo é feita em participações ou investimentos relacionados a participações que, por sua natureza,

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço –
FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e de 2010
Em milhares de reais**

envolvem risco do negócio, financeiros, do mercado e/ou legais. Ao mesmo tempo em que tais investimentos oferecem uma oportunidade de rendimento significativo, também envolvem alto grau de risco que pode resultar em perdas substanciais. Não se pode garantir que o administrador e/ou o comitê de investimento irão avaliar corretamente a natureza e a magnitude dos vários fatores que podem afetar o valor de tais investimentos. Movimentos de preço e do mercado em que são feitos os investimentos do Fundo podem ser voláteis e uma variedade de outros fatores inerentes aos mesmos e de difícil previsão, tais como acontecimentos econômicos e políticos nacionais e internacionais podem afetar de forma significativa os resultados das atividades do Fundo e o valor de seus investimentos. Conseqüentemente, o desempenho do Fundo em um período específico não pode ser necessariamente um indicativo dos resultados que podem ser esperados em períodos futuros.

O Fundo investirá na companhia alvo e indiretamente nas sociedades controladas pela companhia alvo, as quais atuam em setores regulamentados, como por exemplo, os setores de energia elétrica, saneamento, ferrovias, portos, rodovias. As operações de tais sociedades estarão sujeitas ao cumprimento da regulamentação aplicável, podendo estar sujeitas a um maior grau de regulamentação tanto em decorrência de novas exigências quanto de regulamentação de mercados anteriormente não regulamentados. Os preços podem ser controlados artificialmente e os ônus regulatórios podem aumentar os custos operacionais dessas sociedades. Dessa forma, a criação de regulamentação ou a alteração das já existentes pode afetar de forma adversa o desempenho dessas sociedades e do Fundo. Além disso, não há garantia de que essas sociedades acompanhem *pari passu* o desempenho do seu respectivo setor.

Risco de Crédito

Está relacionado à possibilidade dos emissores ou contrapartes dos ativos que fazem ou venham a fazer parte da carteira do Fundo e/ou dos fundos de investimentos nos quais o Fundo investe não cumprirem suas obrigações de pagamento do principal e dos respectivos juros de suas obrigações, por ocasião dos vencimentos finais e/ou antecipados. Adicionalmente, os contratos de derivativos estão eventualmente sujeitos ao inadimplemento da contraparte e à possibilidade da instituição garantidora não poder honrar sua liquidação.

Risco de Liquidez

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço –
FI - FGTS**

**(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e de 2010**
Em milhares de reais

Esta relacionado à possibilidade do Fundo não ter recursos necessários para o cumprimento de suas obrigações de pagamento de resgates de cotas deliberados pelo Conselho Curador do FGTS nos prazos legais ou no montante solicitado, em decorrência de condições atípicas de mercado ou possibilidade de redução ou mesmo inexistência de demanda pelos ativos componentes da carteira do Fundo e/ou dos fundos de investimento nos quais o Fundo investe, por condições específicas atribuídas a tais ativos ou aos mercados em que são negociados. A falta de liquidez no mercado também pode ocasionar a alienação dos ativos por valor inferior ao efetivamente contabilizado e pode afetar com maior intensidade os ativos de longo prazo. Essas dificuldades podem se estender por períodos longos e serem sentidas mesmo em situações de normalidade nos mercados.

b. Gerenciamento de riscos

A Administradora possui uma área de risco responsável pelo controle, monitoramento e gerenciamento dos riscos a que estão expostos os investimentos do Fundo. Para o gerenciamento do risco são utilizados modelos estatísticos, tais como o VaR (“Value at Risk”); que mensura a perda máxima esperada, dado um nível de confiança e um período de análise, em condições normais de mercado e a Análise de “Stress” que é utilizada para estimar a perda potencial, considerando-se um certo nível de confiança, sob as condições mais adversas de mercado ocorridas em determinado período, ou sob cenários de “stress”. O controle do risco de crédito é realizado por meio de uma política de crédito e um processo de análise dos emissores dos ativos financeiros atendendo à política de investimento do Fundo.

A despeito da diligência da Administradora na defesa dos interesses dos cotistas e na busca pela constituição de instrumentos mitigadores de risco, não há garantia de que os recursos investidos estarão imunes à influência dos riscos mencionados.

O Fundo não realizou operações com instrumentos derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

9 Taxa de administração

A taxa de administração paga pelo Fundo corresponde a 1,0% ao ano incidente sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzidos os valores aplicados em disponibilidades. Sobre as disponibilidades, incide a taxa de administração de

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço –
FI - FGTS**

(CNPJ: 09.234.278/0001-45)

(Administrado pela Caixa Econômica Federal)

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e de 2010**

Em milhares de reais

0,10% ao ano. De acordo como regulamento do Fundo, as disponibilidades referem-se às aplicações em títulos públicos federais, operações compromissadas e saldo de caixa. A remuneração é provisionada diariamente sobre o patrimônio líquido do Fundo e paga mensalmente até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A correspondente despesa, no exercício, foi R\$ 159.207 (Em 2010 - R\$ 140.630).

A taxa de administração não compreende os serviços de custódia, controladoria e demais serviços contratados pelo Fundo e é vedada a cobrança de taxa de performance.

10 Encargos e despesas debitadas ao fundo

Os encargos e as despesas debitados ao Fundo e os seus respectivos percentuais em relação ao patrimônio líquido médio do exercício de R\$ 19.861.305 (R\$ 16.176.359 em 2010) são os seguintes:

	Taxa de Administração		Outras despesas	
	R\$	%	R\$	%
31 de dezembro de 2011	159.207	0,80	269	-
31 de dezembro de 2010	140.630	0,87	194	-

11 Custódia

As operações compromissadas e os títulos públicos federais estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do Banco Central do Brasil e as ações estão registradas nos Livros de Registro de Ações das empresas investidas. O Fundo possui debêntures escriturais e debêntures registradas na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

12 Legislação tributária

Conforme a Lei nº 11.491 de 20 de junho de 2007, são isentos de imposto de renda os ganhos do Fundo. A atual legislação fiscal estabelece que os recursos estão sujeitos a alíquota zero no que se refere ao Imposto sobre Operações Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF/Títulos).

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço –
FI - FGTS**

**(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e de 2010**
Em milhares de reais

13 Evolução do valor da cota e rentabilidade

A rentabilidade do Fundo desde a sua constituição e o valor da cota de encerramento dos exercícios foram os seguintes:

Data	Valor da cota R\$	Rentabilidade (%)
1º de julho de 2008	1,000000	-
31 de dezembro de 2008	1,050101	5,01
31 de dezembro de 2009	1,120028	6,66
31 de dezembro de 2010	1,181760	5,51
31 de dezembro de 2011	1,271922	7,63

14 Demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos dos cotistas, quer desses contra a administração do Fundo.

15 Contrato de prestação de serviços

A Administradora contratou o Banco Bradesco S.A., para prestar serviços de tesouraria, custódia, controle de ativos e passivos relativos ao Fundo.

16 Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

Em atendimento à Instrução nº 381/03 da Comissão de Valores Mobiliários, registre-se que o Fundo, no exercício, não contratou nem teve serviços prestados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes que não os serviços de auditoria externa em patamares superiores a 5% do total dos custos de auditoria externa referentes a este Fundo. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

17 Eventos Subsequentes

(a) Em 24 de janeiro de 2012 o Fundo adquiriu 250 debêntures emitidas pela OAS S.A. ao preço de R\$ 1.000 cada. Os recursos obtidos com as debêntures

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço –
FI - FGTS
(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e de 2010
Em milhares de reais**

serão utilizados em projetos de infra-estrutura por meio da emissora ou por suas afiliadas, de acordo com o previsto nos instrumentos da operação.

(b) Em 24 de janeiro de 2012 e 23 de março de 2012, o Fundo integralizou recursos nos montantes de, R\$ 34.930 e R\$ 23.003, respectivamente, no Caixa Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia.

(c) Em 03 de fevereiro de 2012 e 27 de março de 2012, o Fundo integralizou recursos nos montantes de, R\$ 3.307 e R\$ 10.005, respectivamente, na ERB – Energias Renováveis do Brasil S.A..

(d) Em 22 de fevereiro de 2012, o Fundo integralizou recursos no montante de R\$ 50.000 na J. Malucelli Energia S.A..

(e) Em 16 de março de 2012, o Fundo integralizou recursos no montante de R\$ 52.600 na Cone S.A.

(f) Conforme comunicado ao mercado em anúncio de “Fato Relevante” publicado em 28 de fevereiro de 2012, a Rede Energia, Controlada da Investida EEVP em conjunto com a Controlada relativa CELPA (“CELPA”), nos termos da Instrução CVM nº 358, de 3/1/2002, informaram que ajuizaram, perante a Comarca da Capital do Estado do Pará, pedido de recuperação judicial da CELPA, nos termos dos artigos 47 e seguintes da Lei nº 11.101/2005, com o objetivo de viabilizar a superação de sua situação de crise econômico financeira, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

Todos os créditos existentes contra a CELPA até a data do ajuizamento do pedido, ainda que não vencidos, ressalvadas as exceções legais, estão sujeitos à recuperação judicial, nos termos do artigo 49 da Lei nº 11.101/2005, e deverão ser pagos nos termos do plano de recuperação judicial.

Durante o procedimento de recuperação judicial, a CELPA permanece na condução da sua atividade empresarial, nos termos do artigo 64 da Lei nº 11.101/2005. O impacto da recuperação judicial nas demonstrações financeiras da CELPA somente serão conhecidos após a aprovação do plano de recuperação judicial previsto na legislação.

**Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço –
FI - FGTS**

**(CNPJ: 09.234.278/0001-45)
(Administrado pela Caixa Econômica Federal)**

**Notas explicativas da Administradora às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e de 2010**
Em milhares de reais

Castoamor Simões
Contador CRC-1SP 193.672/O-5

Marcos Roberto Vasconcelos
Vice Presidente

* * *